

**PRÁTICAS DE LETRAMENTO:
UMA PROPOSTA DE TRABALHO
PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA**

Bianca Corrêa Lessa Manoel (UNIGRANRIO)
bia.lessa@gmail.com

1. Introdução

Nos últimos anos, muito tem se discutido sobre o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em âmbito nacional, porém pouco se debate sobre as práticas escolares ou dificuldades de aprendizagem que levam os alunos a não desenvolverem plenamente esta competência comunicativa. As últimas avaliações diagnósticas realizadas no país demonstram que grande parte dos estudantes brasileiros que termina o Ensino Médio e que passa em média oito anos na escola, principalmente nas escolas públicas, não desenvolveu satisfatoriamente neste período as habilidades de leitura e escrita essenciais para serem considerados leitores competentes.

Um questionamento então se faz necessário: Afinal, por que grande parte dos estudantes brasileiros, quando avaliados de forma sistemática, apresenta tanta dificuldade no que concerne ao desenvolvimento da leitura e escrita e principalmente na interpretação de textos e conhecimentos gramaticais?

Este questionamento pode ser analisado a partir do paradigma de aprendizagem em que o ensino da língua materna fundamenta-se essencialmente no estudo da gramática normativa.

Na maioria das vezes, o ensino da língua materna é realizado de forma pouco estimulante ou aplicável no cotidiano do aluno, priorizando, de uma forma geral, a imposição de regras gramaticais, análise e produção de textos de forma mecanizada, resolução de exercícios repetitivos e descontextualizados, sem se considerar e explorar a riqueza dos diversos gêneros textuais e diferentes linguagens que naturalmente circulam nos meios sociais em que este sujeito-aprendiz está inserido: os meios digitais, a internet, os vídeos, *outdoors*, jornais, revistas e até mesmo os textos apresentados como suporte de trabalho nos livros didáticos.

É importante lembrar que, neste tipo de abordagem, normativa, o estudo de gramática quase sempre está desvinculado da análise de textos, ou quando é proposto, resume-se a encontrar nele, ou em fragmentos,

conceitos relacionados aos conteúdos gramaticais “trabalhados” naquela aula. Desta forma, o estudo relacionado à gramática, compreensão e produção textual apresenta-se como disciplinas distintas, quando na verdade, poderiam integrar-se. Segundo Ilari (2006, p. 11):

Uma das características que empobrecem o ensino médio da língua materna é a pouca atenção reservada ao estudo da significação. O tempo dedicado a esse tema é insignificante, comparado àquele que se gasta com “problemas” como a ortografia, a acentuação, a assimilação de regras gramaticais de concordância e regência, e tantos outros, que deveriam dar aos alunos um ver-niz de “usuário culto da língua”.

A ideia de desenvolvimento por parte dos alunos de habilidades lingüísticas, pela construção de sentidos a partir de textos e de usos que envolvem os signos da língua, está relacionada diretamente aos estudos sobre letramento. Este é o “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais”. (BRASIL, 2008, p. 11)

Convém ressaltar, que esta perspectiva de trabalho não se propõe deixar à parte o estudo gramatical, nem mesmo considerar apenas a análise textual ou a produção de textos de forma isolada.

A partir desta perspectiva, considera-se que o ensino da língua portuguesa seja realizado de forma a levar o aluno à aplicabilidade de conceitos construídos a partir de uma visão analítica da língua, de forma pragmática, onde ele seja capaz de relacionar os “conteúdos” apreendidos (não apenas aprendidos) no seu cotidiano, já que hoje, a sociedade exige de seus integrantes uma visão mais crítica da realidade que se apresenta, até mesmo pela forma em que estes conceitos são exigidos em grande parte dos exames ou avaliações.

Nesse contexto, o ensino da língua materna deve pautar-se no incentivo ao hábito de leitura, na análise e produção de diferentes gêneros textuais de forma contextualizada. Deve-se considerar, primordialmente, seus aspectos significativos e sua função social, com o objetivo de diminuir o distanciamento entre as diferentes práticas sociais e as aulas de língua portuguesa através da prática de letramento, ou letramentos, conforme descreve Soares (2003, p. 49).

Sendo assim, a perspectiva deste trabalho é propor, através de atividades práticas e da utilização de diferentes gêneros textuais, o ensino de gramática de forma contextualizada e realmente significativa para o aluno.

2. *Por que ensinar gramática?*

O ensino da disciplina gramatical é um ponto de discussão, que vem nos últimos tempos assumindo posicionamentos diferentes entre os professores de língua portuguesa, apontando duas vertentes: de um lado aqueles que defendem o ensino gramatical a partir de uma abordagem tradicional, com uma preocupação excessiva de regras e definições, exercícios repetitivos, que tem como objetivo fazer de seus usuários conhecedores “exímios” da língua padrão; de outro, aqueles que fazem da sala de aula um lugar de pesquisa, aplicando no dia a dia as “novas tendências” educacionais que se apresentam, em que a gramática e os livros didáticos tornam-se “vilões” dando espaço exclusivamente à “competência comunicativa”, sobrepondo-se inquestionavelmente à teoria e deixando o ensino gramatical à parte.

Analisando as duas vertentes que se apresentam, verifica-se que as discussões que se realizam em torno do ensino da disciplina gramatical devem-se ao fato da total dissociação entre a língua escrita e a língua falada, traçando um quadro de incompatibilidade total entre uma e outra modalidade.

No poema “Aula de Português”, Carlos Drummond de Andrade faz uma crítica, apontando para o fato de a linguagem ensinada nas aulas de português privilegiar a norma culta, como uma variante distante e quase inatingível, deixando de lado a linguagem do cotidiano, como se tratasse de duas linguagens completamente diferentes, uma sobrepondo-se à outra.

Aula de Português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.
A linguagem
na superfície estrelada das estrelas,
sabe lá o que ela quer dizer?
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o Amazonas da minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas
Atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
Já esqueci a língua em que comia,
Em que pedia para ir lá fora,
Em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada

do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

(Carlos Drummond de Andrade)

É interessante ressaltar, que muitas vezes a abordagem gramatical por um ponto de vista exclusivamente normativo, deixa “marcas” negativas no aluno, que por estudar a sua língua de forma descontextualizada, desinteressante e pouco desafiadora, acaba por criar um estigma no aluno, em que frases do tipo: “Eu não sei português! ou Português é muito chato!” são frequentemente repetidas por eles, como se não houvesse compatibilidade entre a linguagem utilizada no dia a dia e a disciplina Língua Portuguesa proposta no currículo escolar.

Em minhas aulas, ao tratar sobre o objetivo de estudar a língua materna, costumo desafiá-los sobre a compreensão do aprendizado da língua portuguesa a partir do seguinte questionamento: “Se você não está falando português, que outra língua está utilizando?”. De uma descontraída, procuro demonstrar, que, mesmo existindo uma norma considerada padrão, a linguagem utilizada por eles é apenas uma variante da língua. É preciso mostrar ao aluno que a competência linguística que ele possui deve ser respeitada, e tudo o que nós falamos é português sim! O aluno costuma tratar a disciplina gramatical ensinada na escola, como uma língua à parte, como se houvesse “duas línguas portuguesas”, crítica também presente no poema de Carlos Drummond de Andrade.

Perini (2007, p. 6), no prefácio de seu livro *Para uma Nova Gramática do Português*, analisa o ensino gramatical apontando algumas falhas da gramática tradicional: “sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes”.

Dessa maneira, o ensino da disciplina gramatical tanto no ensino fundamental quanto no médio, deve adequar-se às reais necessidades do aluno, isto é, o ensino da gramática pura e aplicada não deve sobrepor-se a competência linguística do aluno ou vice-versa, mas sim, ser realizado de forma integrada.

É preciso respeitar a “bagagem cultural” trazida pelo aluno, porém mostrar a esse usuário, que além da sua linguagem, há outras modalidades linguísticas que são utilizadas em diferentes situações comunicativas e que é preciso considerar que a língua possui variantes linguísticas, dentre as quais se inclui a norma culta, considerada padrão, constituída por

uma tradição gramatical instituída através do tempo e que é considerada pela sociedade como uma “norma” a ser seguida.

A disciplina gramatical deve propiciar ao aluno os conhecimentos necessários para assegurar um domínio linguístico capaz de garantir a produção de textos e utilizar a linguagem de acordo com a situação exigida. Citando o professor Evanildo Bechara: “O ideal é que o aluno seja um poliglota na própria língua”, ou seja, que se torne capaz de utilizar a língua em diferentes situações comunicativas, dentre elas a língua padrão.

Perini (2007, p. 6) sugere que o ensino de gramática seja realizado a partir da abordagem das principais variantes linguísticas, colocando em primeiro lugar as afirmações de cunho normativo, trabalhando a linguagem padrão como uma das variantes da língua, de forma que a gramática seja “sistemática, teoricamente consistente e livre de contradições”.

Neste sentido, o professor de língua portuguesa deve traçar os objetivos a que se pretende dentro do ensino da língua materna elucidando que o aprendizado deve incluir o melhor desempenho linguístico do aluno, tanto oral quanto escrito; mostrando a importância que a gramática desempenha na boa constituição de textos, na compreensão do sistema linguístico e principalmente, a importância da constituição de uma gramática na descrição e funcionalidade de uma língua, já que ao “descobrir” qual é a finalidade do estudo da língua, o aluno será capaz de construir significados e desenvolver sua competência comunicativa, adequando enunciados às diversas situações que se apresentem.

3. *A importância dos gêneros textuais e da prática de letramento para o ensino de gramática*

É inegável a necessidade do ensino da língua portuguesa como disciplina escolar, porém como adequar este ensino à realidade de nossos alunos de forma a fazê-los refletir sobre a estrutura e o funcionamento da língua e à construção de conceitos realmente significativos?

Nas últimas décadas, como forma de atender a esta necessidade, várias perspectivas foram adotadas, com mudança de nomenclaturas e pontos de vista ao longo de sua história: de gramática nacional, língua pátria, comunicação e expressão ao termo “português”, bem como a definição do objeto e os objetivos a que se destinava este ensino: gramática, produção textual, leitura e escrita, entre outros (MARCUSCHI, 2008, p. 50).

Mais importante do que a escolha de termos ou nomenclaturas, o essencial é a definição dos objetivos e a proposta curricular que contemple o ensino da língua materna de forma integral, trabalhando em sala de aula os diversos aspectos da linguagem significativamente.

Como consenso, as novas tendências educacionais apontam para o reconhecimento e o respeito ao saber do aluno na construção do seu aprendizado através da mediação do professor, já que ao chegarem à escola, “a criança, o adolescente ou o adulto já sabem a língua”. (MARCUSCHI, 2008, p. 54).

Neste contexto, outro ponto de discussão, além da necessidade de definição do objeto de estudo da língua, o que ensinar e como ensinar, é a importância do ensino de leitura e escrita, dada a sua importância na formação e compreensão do sistema linguístico. Na atividade de leitura ativamos: “um lugar social, vivências, relações com o outro, valores da comunidade e conhecimentos textuais” (KOCH, 2006, p. 19).

Percebe-se com a informação anterior, que a leitura é um fator primordial para a interação dos sujeitos na construção de conceitos e significados e, portanto, a sua prática em sala de aula não deve estar restrita a um momento de “interpretação de textos”, em que na maioria das vezes os alunos são levados a “retirar” informações e a responder perguntas superficiais sem serem levados à reflexão, à análise, à funcionalidade ou ao entendimento da estrutura da língua.

Perde-se assim um momento valioso para o ensino de gramática embasado e integrado à atividade textual, sem propiciar uma prática de letramento. Comumente as situações discursivas de uso da língua realizadas “fora” da escola não são “reconhecidas” pelos professores na análise e entendimento da linguagem, o que traça um perfil de total incompatibilidade entre o que se aprende na escola e a linguagem utilizada por esse aluno no cotidiano.

É a partir dos anos de 1980 que os estudos sobre letramento começam a demonstrar uma mudança de postura em relação ao que significa ler e escrever. O entendimento de que ser alfabetizado era dominar a tecnologia da leitura através da codificação e da decodificação passam ao entendimento de que ser alfabetizado, letrado, representaria utilizar a leitura e escrita em práticas sociais significativas.

Entende-se assim por alfabetização e letramento (BRASIL, 2008, fascículo 1, p. 12):

Alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia. Entende-se letramento como o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de práticas sociais que envolvem a língua escrita (leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo). Esta proposta considera que alfabetização e letramento são processos diferentes, cada um com suas especificidades, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis.

A partir da compreensão de letramento, como processo de inserção na cultura escrita, é que o ensino de gramática deve estar pautado, através da utilização dos diversos gêneros textuais, como forma de contextualizar o ensino da estrutura e funcionamento da língua.

O estudo relacionado aos gêneros textuais não é um assunto novo (MARCUSCHI, 2008, p. 147), porém nos últimos anos, dada a sua importância para o ensino de língua, tem assumido um papel de grande relevância, pois se evidencia que em todos os momentos estamos participando de situações discursivas nas quais produzimos textos orais e escritos: ao falarmos ao telefone, ao escrevermos um bilhete, ao utilizarmos o recurso de enviar uma mensagem telefônica (SMS), ao lermos um *outdoor*, escrever um e-mail, ler um livro, lermos um jornal, produzir um artigo científico, utilizar as redes sociais da internet entre muitos outros.

É preciso encontrar um ponto de equilíbrio para o ensino de língua: não somente ensinar análise de texto ou gramática, ou a variedade padrão em detrimento das demais variantes. O ensino da língua deve estar adequado às necessidades que se colocam na sociedade, já que como todos nós sabemos, a língua não é estática, ela permanece “viva” em função de seus usuários e nesse contexto os gêneros textuais surgem e renovam-se também em função do uso da língua.

Não há regras pré-estabelecidas para o desenvolvimento de tais habilidades comunicativas, mas há princípios que podem nortear o ensino da língua portuguesa, como alguns listados a seguir:

- Incentivar o hábito de leitura de diferentes gêneros em diferentes suportes textuais.
- Valorizar o conhecimento linguístico do aluno, mostrando-lhes a importância de todas as variantes, inclusive a norma culta.

- Dedicar menos tempo das aulas aos exercícios baseados em regras gramaticais descontextualizadas.
- Explorar e produzir diferentes gêneros textuais: e-mails, cartas, anúncios, resumos, resenhas, charges, quadrinhos, contos, piadas, reportagens...
- Trabalhar com exercícios que levem o aluno à construção de conceitos gramaticais, com aspectos da linguagem que sejam realmente significativos, levando a uma reflexão sobre a linguagem com textos criativos, motivadores e adequados à realidade do aluno.
- Utilizar o texto como a base para o ensino gramatical, como um instrumento que leve o aluno a refletir sobre os “conteúdos trabalhados”, e real análise sobre os textos, com exercícios contextualizados.
- Preocupar-se muito menos com a teoria, priorizando a prática e levando o falante à construção de seus conceitos sobre determinados conteúdos, que posteriormente podem ser analisados pelo grupo e comparados aos da gramática descritiva, como uma forma de reflexão.
- Propor atividades significativas e dedicar mais tempo ao letramento.

Os gêneros textuais apresentam-se como uma importante ferramenta para o ensino da disciplina gramatical, que não deve ser deixada à parte, como alguns estudiosos propõem, mas adequar-se às mudanças da sociedade, integrada a uma nova proposta de ensino da Língua portuguesa, mais dinâmica, eficaz e significativa.

4. Considerações finais

A análise realizada neste trabalho foi importante para identificar, como professora de língua portuguesa, alguns problemas relacionados ao ensino da disciplina gramatical em que uma abordagem diferenciada dos conteúdos e os desafios propostos, diariamente, com exercícios variados através do incentivo à leitura e atividades priorizando a construção de significados, foram capazes de promover nos alunos a reconstrução de conceitos, de forma crítica, reflexiva e criativa e enriquecer a minha prática pedagógica, despertando em mim o desejo de mudança.

Os gêneros textuais fazem parte do nosso dia a dia, e por que não aproveitá-los para enriquecimento da nossa prática pedagógica?

Trabalhar os conteúdos da nossa língua, desvinculando-a totalmente das diversas variantes linguísticas que a compõe, em que apenas o padrão culto é considerado o correto e o aceito pela sociedade, é anular os conhecimentos trazidos pelo falante.

Desta forma, a língua portuguesa passa a ser encarada também como duas línguas completamente diferentes: aquela ensinada na escola e a outra comum ao seu meio social.

Essa abordagem tradicional, totalmente normativa, acaba por distanciar completamente este usuário da importância de conhecer as diversas linguagens para, a partir daí, adequá-las às diversas situações comunicativas que se apresentarão durante a sua trajetória pessoal e posteriormente profissional.

É preciso que haja um equilíbrio entre a teoria e a prática, para que o ensino da língua materna seja realmente significativo.

A abordagem gramatical baseada no trabalho com textos é importante para promover, além do desenvolvimento de competências linguísticas, o desenvolvimento da reflexão crítica, possibilitando-lhe ainda a inserção na sociedade onde o padrão de linguagem utilizado ainda representa para muitos, o reflexo de sua condição social e uma forma de prestígio ou preconceito, dependendo do uso que se faz da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. *Pró-Letramento*. Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC-SEF, 2008.

IILARI, Rodolfo; GERALDI, José Wanderley. *Introdução à semântica: brincando gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2007.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.